

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 171 – 02/11 à 06/11/2020

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[STF decidirá se direito trabalhista negociado se sobrepõe ao legislado](#)

Consultor Jurídico - 06/11/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal vai julgar se acordos e convenções coletivas podem afastar ou restringir direitos trabalhistas. O caso começaria a ser analisado pelo Plenário Virtual nesta sexta-feira (6/11), mas foi retirado de pauta após pedido de destaque da ministra Rosa Weber. Desde julho de 2019, todas as ações que tratam do tema estão suspensas no Judiciário, por determinação do ministro Gilmar Mendes, relator do caso no Supremo. A decisão da corte será em repercussão geral.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Nunes Marques toma posse como ministro do STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 05/11/2020

O Supremo Tribunal Federal, em sessão solene realizada nesta quinta-feira, deu posse a Kassio Nunes Marques no cargo de ministro da Corte, em cerimônia realizada por videoconferência, com transmissão pela TV Justiça, e sem a presença de convidados. Nunes Marques assume a vaga deixada pelo ministro Celso de Mello, que se aposentou em outubro. O novo ministro participa da primeira sessão plenária na próxima quarta-feira (11).

### [Trabalhadora beneficiária da justiça gratuita terá que pagar custas processuais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/11/2020

O motivo da condenação, baseada na [Lei 13.467/2017](#) (Reforma Trabalhista), é que a ex-empregada faltou à audiência de instrução e julgamento sem justificativa. De acordo com os ministros, a medida prevista na lei não impede o acesso à Justiça, até porque a ausência pode ser justificada e o benefício da gratuidade mantido. No entanto, a punição desestimula “a litigância descompromissada”.

### [Carpinteiro que trabalhou no Maranhão não pode ajuizar ação no Ceará, onde mora](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/11/2020

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de embargos de um carpinteiro que havia ajuizado a reclamação trabalhista no Ceará, onde mora, contra uma construtora e uma empreiteira sediadas em São Paulo, por parcelas relativas a serviços prestados no Maranhão. A decisão reafirma a jurisprudência da Subseção de que o ajuizamento da ação no domicílio do trabalhador, quando for em local diverso daquele em que foi contratado ou prestou serviço, somente é possível se as empresas demandadas forem de âmbito nacional.

## [Drogaria é condenada por reter indevidamente carteira de trabalho de farmacêutica](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/11/2020

Na reclamação trabalhista, a empregada disse que entregou o documento no momento da admissão e que a CTPS ficou retida durante todo o período em que trabalhou na drogaria, sendo devolvida apenas por ocasião do ingresso da ação judicial.

## [TST mantém suspensão da CNH de sócio que dificultava execução de sentença](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/11/2020

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um sócio da Direplan Engenharia e Planejamento S/C Ltda. contra decisão que determinou a suspensão de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com o objetivo de cobrar a satisfação de créditos trabalhistas. Segundo os ministros, a medida é excepcional, mas tem amparo no Código de Processo Civil e foi tomada após diversas tentativas, sem sucesso, de executar a sentença, em que a Direplan foi condenada ao pagamento de diversas parcelas a um empregado.

## [Empresa de transporte coletivo é condenada por não cumprir cota de aprendizes](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/11/2020

A ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), após ter tomado ciência de que a empresa, em descumprimento ao artigo 429 da CLT, havia deixado de empregar e matricular, nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada um de seus estabelecimentos. A empresa, em sua defesa, argumentou que tinha dificuldade de encontrar, em sua região, adolescentes ou jovens interessados. Também sustentou que motoristas e cobradores deveriam ficar de fora da base de cálculo da cota.

## [Negligência de tecelagem com saúde e segurança justifica rescisão indireta de contrato de operadora](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/11/2020

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a uma operadora de máquinas a rescisão indireta do seu contrato com a TED Artefatos de Cordas Ltda., de Itajaí (SC), diante da comprovação de que a atividade realizada contribuiu para que ela desenvolvesse Síndrome do Manguito Rotador, doença ocupacional no ombro. Para os ministros, o descumprimento das obrigações do contrato em relação à garantia de um ambiente seguro para a execução das tarefas configura falta grave do empregador.



## Notícias do Executivo

### [Economia publica norma para auxiliar secretaria a reduzir carga regulatória e custos dos negócios](#)

Ministério da Economia - 06/11/2020

A Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (Seae), ligada à Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), publicou nesta sexta-feira (06/11) a [Instrução Normativa \(IN\) nº 111/2020](#). A norma estabelece quesitos de referência para auxiliar a Secretaria em sua competência de análise e manifestação acerca de atos normativos referentes à melhoria regulatória relacionada à diminuição dos custos dos negócios no Brasil, associando-os com o papel de advocacia da concorrência.

### [Fórum Previdenciário do TRF 4 avalia andamento das análises de demandas judiciais pelo INSS](#)

Ministério da Economia - 06/11/2020

Na manhã desta sexta-feira (6/11), o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Rolim, falou sobre o grande avanço no processo de cumprimento de decisões judiciais no último ano, a partir do programa de gestão implantado pelo órgão. Durante reunião do Fórum Interinstitucional Previdenciário Regional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Rolim destacou que o trabalho em parceria com órgãos judiciais foi fundamental para os resultados positivos das Centrais de Análise de Benefícios para Atendimento de Demandas Judiciais (Ceab/DJ), implantadas em outubro de 2019.

### [Receita Federal abre a possibilidade de parcelamento de débitos](#)

Ministério da Economia - 05/11/2020

Desde a última terça-feira (3/11), empresas já podem parcelar os débitos apurados pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). A [Instrução Normativa RFB nº 1.981, de 9 de outubro de 2020](#), excluiu o limite de um pedido de parcelamento por ano. Desta forma, o contribuinte poderá reparcelar sua dívida quantas vezes quiser.

### [Ferramenta “eSocial Download” facilita a vida do empregador](#)

Ministério da Economia - 03/11/2020

O eSocial disponibiliza mais uma ferramenta para auxiliar na gestão das informações pelos empregadores: o eSocial Download, que permite baixar os eventos transmitidos pelos empregadores no formato XML. Ao final de cada arquivo transmitido, os dados do recibo do evento também são disponibilizados.

### [Acordo permitirá realização de cursos de educação financeira](#)

Ministério da Economia - 03/11/2020

Um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (ME) e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) vai permitir a realização de cursos de educação financeira e previdenciária para a sociedade. A parceria foi concretizada no último dia 29 de outubro, com representantes da Secretaria de Previdência (SPrev) e da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC).

### [Antecipações do auxílio-doença são prorrogadas até 30 de novembro](#)

Ministério da Economia - 03/11/2020

A [Portaria Conjunta nº 79](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (3/11), autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a prorrogar o período das antecipações do benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença) até 30 de novembro de 2020.

### [Publicada Nota Técnica nº 19/2020 com ajustes diversos nos leiautes do eSocial](#)

eSocial - 06/11/2020

Foi publicada em 06/11/2020 a [Nota Técnica nº 19/2020](#), que trouxe ajustes nos leiautes do eSocial, como a possibilidade de exclusão de um evento após a baixa da empresa. Os totalizadores do FGTS S-5003 e S-5013 também foram ajustados para atender a Portaria SEPRT nº 950/2019 e novo critério no cálculo de FGTS relativo ao 13º Salário Proporcional.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Reconecta: Inclusão de pessoas com deficiência é tema de evento virtual que ocorre entre os dias 3 e 5 de dezembro](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/11/2020

Com o objetivo de ampliar e fortalecer o processo de inclusão e visibilidade das pessoas com deficiência nos mais variados segmentos da sociedade, o Ministério Público do Trabalho (MPT) realizará entre os dias 3 e 5 de dezembro a Conferência e Exposição Nacional de Inclusão e Acessibilidade ([Reconecta](#)). No primeiro dia de evento, as atividades ocorrerão das 9h às 21h e, nos dois dias seguintes, a programação será das 10h às 21h. Essa é a primeira edição nacional e virtual do evento, que contará com diálogos sobre temas como emprego, saúde, moradia, educação, inovações em tecnologia assistiva e pesquisas científicas nos diferentes domínios de vida das pessoas com deficiência.

[MPT abre inscrições a empresas interessadas em divulgar vagas de empregos para pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/11/2020

Estão abertas até o dia 20 de novembro as inscrições a empregadores e empregadoras interessados em divulgar vagas de trabalho para pessoas com deficiência e/ou reabilitadas pelo INSS no [portal da Conferência e Exposição Nacional de Inclusão e Acessibilidade \(Reconecta\)](#). A primeira edição nacional e virtual do evento ocorrerá entre os dias 3 e 5 de dezembro e contará com atividades e debates voltados à sensibilização sobre a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência.

## Auditor Fiscal do Trabalho

### Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Confira a série de webinários da campanha Proteja o Trabalho no canal da Enit no YouTube](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/11/2020

Vem sendo transmitida, pelo canal da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho no Youtube, desde o mês de setembro, uma campanha intitulada “[Proteja o Trabalho](#)”, promovida conjuntamente pelo Ministério da Economia, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, em parceria com a Agência da Organização das Nações Unidas – ONU para Refugiados – ACNUR, Organização Internacional do Trabalho – OIT e Organização Internacional para as Migrações – OIM. O objetivo dos webinários é o de fornecer informações para trabalhadores brasileiros, migrantes e refugiados, assim como empregadores, sobre as medidas adotadas no trabalho e nas relações de trabalho durante a pandemia de Covid-19.

## Outras Notícias

### [TST forma maioria contra norma que prevê irrecorribilidade de decisão monocrática](#)

Consultor Jurídico - 06/11/2020

O colegiado do Tribunal Superior do Trabalho formou maioria para declaração de inconstitucionalidade do artigo 896-A, parágrafo 5º, da CLT. O dispositivo foi criado pela reforma trabalhista de 2017 e determina que empresas e trabalhadores só podem recorrer de uma decisão de instância no TST se conseguirem demonstrar que a questão preenche requisitos de transcendência.

### [TRF-1 anula portaria que concedia adicional de periculosidade a motociclistas](#)

Consultor Jurídico - 05/11/2020

Em artigo de pouco mais de 40 páginas, [publicado](#) com exclusividade pela ConJur, Ives Gandra Martins Filho, ministro decano do Tribunal Superior do Trabalho, busca compreender o viés fortemente protecionista da Justiça do Trabalho e seu confronto com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria trabalhista à luz de casos concretos, adentrando nas possíveis motivações e nas consequentes reações à jurisprudência oriunda do TST.

### [Juízo da recuperação pode definir destino de depósito recursal trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 03/11/2020

O juízo responsável pela recuperação judicial de uma empresa tem competência para a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive em relação à destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito de processo trabalhista.

## Meta 9: ações para garantir boa condição de trabalho ao brasileiro

Consultor Jurídico - 02/11/2020

Definida no 13º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em 2019, para implantar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, a Meta 9 tem mobilizado os tribunais brasileiros. Até o momento, o ODS 8, que promove “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”, é o principal tema escolhido e está no foco de seis tribunais.



## Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N° 79, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 03/11/2020 Seção I Pág. 430) - Altera a Portaria Conjunta n° 47, de 21 de agosto de 2020, que disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4° da Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto n° 10.413, de 2 de julho de 2020. (Processo n° 10128.107045/2020-83);

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 979, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 05/11/2020 Seção I Pág. 28) - Postergar a determinação ao Agente Operador de elaborar o Cálculo Atuarial do FGTS em 2020 de acordo com o estabelecido na Resolução n° 746, de 14 de maio de 2014;

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 983, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 05/11/2020 Seção I Pág. 29) - Aprova a reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico do FGTS, para o exercício de 2020, e dos orçamentos plurianuais, para o período 2020-2023;

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 984, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 05/11/2020 Seção I Pág. 32) - Aprova os orçamentos financeiro, operacional e econômico para o exercício de 2021, e os orçamentos plurianuais, para o período 2021-2024, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

[PORTARIA INSS N° 1.130, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 05/11/2020 Seção I Pág. 120) - Dispõe sobre a regularização dos Benefícios de Prestação Continuada com status de suspensos ou cessados por não inclusão do beneficiário no Cadastro Único, no período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

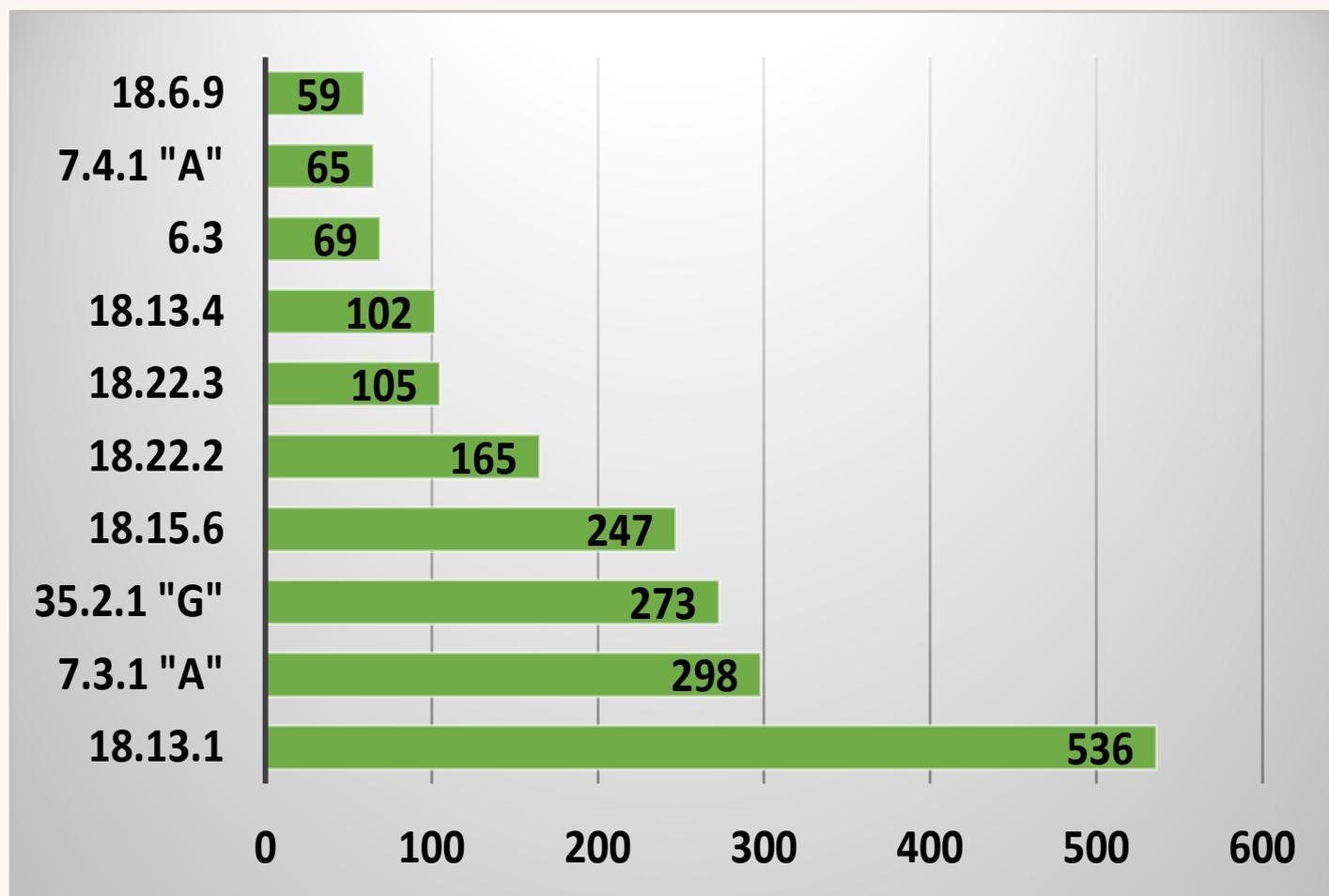
[INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAE N° 111, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 06/11/2020 Seção I Pág. 31) - Estabelece os quesitos de referência para análises referentes a melhoria regulatória relacionada à diminuição dos custos de negócios;





## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/ago):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Regularizado na Ação Fiscal:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**35.2.1** Cabe ao empregador:

**g)** garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.22.3** As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada.

**18.13.4** É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

**6.3** A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;

b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,

c) para atender a situações de emergência.

**7.4.1** O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

**a)** admissional;

**18.6.9** Os taludes com altura superior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) devem ter estabilidade garantida.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*